



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CEDUC: CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

MARIA ALIETE COLAÇO

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MEDITAÇÕES
METAFÍSICAS CARTESIANAS**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

MARIA ALIETE COLAÇO

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MEDITAÇÕES
METAFÍSICAS CARTESIANAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação **Licenciatura em Filosofia** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Drº Julio Cesar Kesting

CAMPINA GRANDE – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

683 Colaço, Maria Aliete
Considerações acerca das meditações metafísicas cartesianas
[manuscrito] / Maria Aliete Colaço. - 2014.
39 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Julio Cesar Kesting, Departamento
de Filosofia".

1. Metafísica 2. Conhecimento 3. Verdade 4. Razão I.
Título.

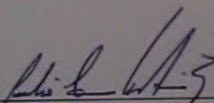
21. ed. CDD 110

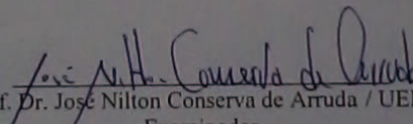
MARIA ALIETE COLAÇO

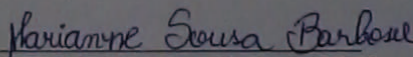
Considerações acerca das meditações metafísicas cartesianas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Filosofia.

Aprovado em 17/07/2014.


Prof. Dr. Julio Cesar Kesting / UEPB
Orientador


Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda / UEPB
Examinador


Prof. Ms. Marianne Sousa Barbosa / UEPB
Examinadora

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| RESUMO..... | 6 |
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO I | |
| A BUSCA DA ALMA PELA VERDADE..... | 9 |
| <i>MEDITAÇÃO I – A DÚVIDA SISTEMÁTICA.....</i> | <i>9</i> |
| <i>MEDITAÇÃO II – A EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA</i> | <i>13</i> |
| <i>MEDITAÇÃO III – CLAREZA E DISTINÇÃO.....</i> | <i>18</i> |
| CAPÍTULO II | |
| AS BASES SEGURAS PARA A CIÊNCIA..... | 26 |
| <i>MEDITAÇÃO IV – O INTELLECTO E A VONTADE.....</i> | <i>26</i> |
| <i>MEDITAÇÃO V – A MATÉRIA COMO EXTENSÃO.....</i> | <i>32</i> |
| <i>MEDITAÇÃO VI – MENTE E CORPO.....</i> | <i>35</i> |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 42 |
| REFERÊNCIAS | 44 |

Resumo

As Meditações Metafísicas formam no seu conjunto um trabalho intelectual, desenvolvido pelo filósofo René Descartes. Observa-se que o autor não mediu esforços para alcançar o objetivo de fundar uma ciência primeira que pudesse servir de base, de alicerce verdadeiro e indubitável, para as demais ciências, conservando o vínculo religioso que lhe era peculiar, obtido em sua formação escolar e familiar. Nosso trabalho possui três termos norteadores: Conhecimento, Verdade e Razão, os quais serão trabalhados seguindo uma ordem lógica. Ele obedece a sequência que se encontra nas *Meditações Metafísicas*. Descartes é considerado o pai da filosofia moderna; com ele configurou-se uma nova maneira de saber sobre o homem e o mundo. Sobremaneira o homem passou a ocupar o centro do conhecimento. A partir de sua filosofia surgiu também um forte interesse pelo conhecimento matemático. Com ele poder-se-ia explicar melhor todos os fenômenos da natureza.

Palavra-chaves: Conhecimento; Verdade; Razão

Abstract

Metaphysical Meditations together form an intellectual work, developed by philosopher René Descartes. It is observed that the author spared no effort to achieve the goal of establishing a first science that could be the basis of true and indubitable foundation for the other sciences, saving the religious link peculiar to him, got in their education and family. Our work has three guiding words: Knowledge, Truth and Reason, which will be worked out in a logical order. He obeys the sequence found in the *Metaphysical Meditations*. Descartes is considered the father of modern philosophy; he set up with a new way to learn about man and the world. Greatly the man moved to the center of knowledge. From his philosophy also emerged a strong interest in mathematical knowledge. With it would better explain all the phenomena of nature.

Key words: Know; True; Reason

INTRODUÇÃO

Este trabalho é a realização de uma tarefa acadêmica, orientada, exigida pelas normas curriculares, para conclusão de curso de graduação. Tem como tema a questão do conhecimento.

Sobre a proposta do tema, ninguém mais exemplar do que o filósofo **René Descartes**. Através de sua obra *Meditações Metafísicas*, o pensador trata de forma bem original a problemática não com a intenção de oferecer conhecimento disso ou daquilo. O que o filósofo aborda sobre o conhecimento, em sua obra, diz respeito mais, ao desvelamento da origem do conhecimento humano, ao modo como um conhecimento pode ser assegurado como verdade. Na realidade, o seu objetivo maior em assegurar um conhecimento, consistia em trazer para as ciências um conhecimento que o alicerçasse como verdadeiro. Para Descartes, a(s) ciência(s) deveria(am) ter e oferecer fundamentos verdadeiros, indubitáveis. Para alcançar tais objetivos lançou mão de ferramentas metodológicas: usou como método a dúvida, como recursos didáticos a inteligência e a razão e como objeto de pesquisa ele próprio.

Sabe-se que para toda construção intelectual, o caminho é pesquisar, investigar. Descartes não poupou esforços ao partir por esse caminho. No primeiro momento, investigou a inconstância dos sentidos, local onde havia sido despertado para a dúvida. Surgiu a necessidade de uma investigação sobre os mesmos para oferecer garantias, ou não, daquilo que por eles era conhecido, apreendido. Em seguida, investigou a natureza do espírito humano e, tomado de dúvidas, supôs que não existiriam todas as coisas relacionadas ao mesmo. Diante desse impasse de existe não existe, o filósofo notou ser impossível que o próprio indivíduo pensante não existisse. Com esta certeza, distinguiu o que pertence a natureza do espírito e o que pertence ao corpo. Descartes afirma que é mais fácil conhecer a natureza do espírito humano do que o corpo. Em seguida, todo seu estudo voltou-se para a existência de Deus, efetuando um minucioso estudo acerca do conteúdo presente no eu pensante. Para o resultado do estudo sobre o conteúdo do cogito, Descartes fundamentou a primeira prova da existência de Deus. A segunda prova da existência de Deus veio logo a seguir quando estabeleceu que o eu pensante não existe por si mesmo. Ao tentar superar a hipótese do gênio maligno o filósofo percebeu que Deus não pode ser causa do erro, como também não pode ser enganador,

já que se trata de um Deus cujas características são a bondade e a veracidade. Logo em seguida Descartes ofereceu uma explicação sobre a natureza corporal tomada no geral, como também sobre a certeza das demonstrações geométricas dependentes do conhecimento de Deus. Por fim, o filósofo efetuou a distinção daquilo que marca a ação do entendimento e a ação da imaginação, comprovando que a alma do homem é distinta do corpo. O pensador chegou a conclusão de que somente o conhecimento de Deus e da alma são os mais certos e evidentes.

A obra de René Descartes, chamada *Meditações Metafísicas*, é uma obra filosófica voltada principalmente para o conhecimento. O seu objetivo principal era o de fundamentar uma ciência além da física, oferecendo conhecimentos bem alicerçados, confiáveis e indubitáveis às ciências. O primeiro problema aparecia por demais confuso. Assim, só lhe restava fundamentar o conhecimento: esse trabalho era de grande porte intelectual e requirava profundas investigações. Assim, impulsionado pelo inconformismo que o incomodava por não ter encontrado na tradição a verdade que tanto almejava, Descartes resolve dedicar-se ao estudo da filosofia, objetivando também conciliar a nova ciência com as verdades do cristianismo.

Nosso trabalho possui três termos norteadores: **Conhecimento, Verdade e Razão**. Ele obedece a sequência que se encontra nas *Meditações Metafísicas*. Descartes é considerado o pai da filosofia moderna; com ele configurou-se uma nova maneira de saber sobre o homem e o mundo. Sobremaneira o homem passou a ocupar o centro do conhecimento. A partir de sua filosofia surgiu também um forte interesse pelo conhecimento matemático. Com ele poder-se-ia explicar melhor todos os fenômenos da natureza.

CAPÍTULO I

A BUSCA DA ALMA PELA VERDADE

MEDITAÇÃO I – A DÚVIDA SISTEMÁTICA

O primeiro passo para quem quer construir uma coisa nova é desconstruir ou, desfazer-se das coisas antigas. E foi assim que René Descartes deu início ao seu intuito. Desfez-se de todo conhecimento que até então, até certa idade tinha como conhecimento confiável e que então começou-lhe a incomodar. Ora, o conhecimento a qual ele se refere, diz respeito ao conhecimento que lhes tinha sido transmitido através de outros, de terceiros, ou seja, o conhecimento que ele trazia era o conhecimento de livros (didáticos), de costumes e hábitos familiares, sociais. Mas para ele, aquilo não bastava, pois não passavam de um legado do senso comum. Para o filósofo, aí se fazia necessária uma investigação criteriosa quanto a todos aqueles fundamentos que até então lhes haviam sido transmitidos como certos e verdadeiros. Com o passar do tempo, foi apercebendo, que todo aquele conhecimento por ele absorvido ou adquirido oriundo das tradições e do senso comum, eram de caráter mal assegurados. Eles não possuíam ou não ofereciam algum critério de veracidade. Segundo ele, fazer essa investigação seria um grande empreendimento que exigia, sem dúvida, certa maturidade que lhe desse a capacidade para executá-la.

Por que para Descartes o conhecimento deveria significar verdade, ou, porque era indispensável existir a verdade no conhecimento? Óbvio. Descartes não abre mão do seu pensamento de que os seres humanos deveriam ter um conhecimento confiável sobre o mundo, o que significa que, para o filósofo, as descobertas científicas devem partir de fatos indubitáveis. Esse seria o único modo de descobrir coisas sobre o mundo com absoluta certeza. A tarefa é, então, perseguir a certeza de onde tudo começa. Com a dúvida. E a dúvida surge pela perspicácia do autor em relação à importância de se ter um conhecimento indubitável, pois, é através do conhecimento que são formados os princípios fundamentais para a vida do homem, do cidadão, do ser humano. Ao se aperceber que todo aprendizado que lhe fora transmitido por inúmeras opiniões desde sua infância, e que agora, esses princípios já não pareciam tão seguros, ao ponto de se firmar neste aprendizado para estabelecer algo firme e constante nas ciências, então

chegam-lhe as dúvidas. Diante dos seus questionamentos, e, através da meditação é que o filósofo se depara com o desafio de uma nova construção do saber. Esse processo de reconstrução que seria usado por Descartes era uma tarefa de ordem intelectual onde se fazia necessário um elemento que lhe proporcionasse um argumento sólido e com suficiente motivo de questionamento. Esse elemento se encontrava justamente na flexibilidade dos sentidos. Os dados dos sentidos são inerentemente duvidosos, sendo mais uma fonte de erros do que de conhecimento. Assim, tem início o processo da busca através da dúvida.

Descartes deixa bem claro na primeira meditação, as razões pelas quais deve-se duvidar em geral de todas as coisas, e em particular das coisas materiais: primeiro é que, todo conhecimento que estava sendo transmitido era de caráter mal assegurado, segundo, não havia base de veracidade para o que estava sendo dito, ou ensinado. Uma coisa era certa: tudo que ele aprendera até então não o convencia, não era suficiente para ser afirmado como verdadeiro. Nasce assim a dúvida. O processo da dúvida tão anunciado se apresenta em três tempos:

1) **A Dúvida dos Sentidos** - essa, diz respeito a fragilidade dos sentidos. Faz-se uma amostra de tudo aquilo que foi aprendido pelos sentidos. Segundo Descartes, é material que deve ser colocado em dúvida, que deve ser questionado. Descartes não exita em afirmar que a razão o persuade de que tanto os conhecimentos quanto os ensinamentos deviam ser cuidadosamente investigados, pois não ofereciam inteira certeza, inteira indubitabilidade. Há um ponto fundamental no propósito da dúvida, usado por Descartes, que merece ser visto com destaque: a determinação em eliminar a dúvida. Segundo ele, se existisse algo que deixasse dúvida, não bastava buscar um meio para reconstruir. Era necessário fazer um afrontamento em que pudesse se encontrar, na própria dúvida, um fundamento indubitável, que fosse evidente para todos.

Ainda dentro da dúvida dos sentidos, Descartes não deixa passar despercebido que, mesmo sendo visível os argumentos da dúvida, também se faz necessário que seja esclarecido que, há conhecimentos sensíveis que, contudo, parecem claros. Vejamos o que diz o filósofo: “Mas, ainda que os sentidos nos enganem algumas vezes no tocante às coisas pouco sensíveis e muito distantes, talvez se encontrem muitas outras das quais não se pode razoavelmente duvidar...” (DESCARTES, 2005, p. 31). Com essa declaração, ele se refere com propriedade, diga-se de passagem, às evidências da

existência corporal, ou melhor, ao conteúdo do corpo, como: as mãos a roupa que veste, a posição de sentado, onde todas essas percepções lhes são fornecidas pelos sentidos e que, pelo menos, razoavelmente não há como duvidar, pois só o conhecemos por meio dos sentidos. Negar certas evidências só porque os sentidos às vezes nos enganam é loucura. Merece aqui ser feita uma observação: Descartes refere-se a loucura baseando-se no pensamento clássico que considerava a loucura pura negatividade; razão que não participa de modo algum do seu jogo, mesmo que dubitativo.

2) **O Argumento dos Sonhos** – o que se sabe de certo sobre os sonhos? Aqui, o filósofo põe em xeque a existência do mundo exterior ao sujeito pensante. É no argumento dos sonhos, usado por Descartes que ele prossegue enunciando os argumentos da dúvida, das coisas que se podem colocar em dúvida, e põe em pauta, todas as coisas representadas pelos sonhos ou através dos sonhos, as quais, segundo ele, devem ser submetidas ao método da dúvida. Por exemplo, o sonho é um acontecimento do sono. Quando se sonha, conseqüentemente se dorme, diz ele, e, todas as representações, no sonho, parecem reais, como se não fosse no sonho e sim, em vigília. O problema é: o que garantirá que durmo nesse momento, se todas as situações ali representadas parecem tão reais? Aqui está colocado o ponto culminante do argumento dos sonhos. Mais uma vez, é levantada a dúvida dos sentidos, agora de outra forma, no sono, no sonho, e aqui, o método da dúvida a ser aplicado tem o objetivo de investigar o que há de real tanto no que se vivencia no estado de vigília quanto no sonho. Para Descartes, no sonho ele também é enganado. Tudo no sonho lhe parece muito real, no entanto, quando acordado, ele pode afirmar que tudo aquilo não passava de sonho. Fica demonstrado aqui que o filósofo não esboça qualquer segurança acerca daquilo que experimentou. Não havendo critério(s) para distinguir entre o sonho e a vigília, também, não há como assegurar se a situação é real ou imaginária.

Descartes não se dá por satisfeito e continua a investigar. Percebemos que o filósofo continua persistindo em desenvolver mais seu argumento, afim de chegar a conclusão, muito mais radical. O problema agora é: duvidar da dúvida. Para isso ele vai justificando o argumento levantando a hipótese de que, ou a proposição particular de tudo que ele experimentou é falsa, ou, pode ser, que não haja mesmo nenhum objeto externo real. Esse pode ser considerado o nível muito mais alto da dúvida, já que, Descartes em seu pensamento põe em xeque que a vida como um todo pode ser um sonho. E prosseguindo, ele conclui que qualquer ciência (tal como a física, a medicina

ou a astronomia) que erga a pretensão de referir-se a objetos de fato existentes passa a estar sujeito à dúvida, e que somente a matemática, que lida apenas com as coisas mais simples e mais gerais, sem considerar se existem na natureza ou não, pode haver algo de confiável. Duvidar da dúvida significa, portanto, duvidar da existência das coisas e também duvidar da existência do próprio corpo.

3) **O Deus Enganador ou Gênio Maligno** – A hipótese do Deus enganador tem em vista por em dúvida os conhecimentos da matemática, porém, faz-se também notar que de certa forma, a intenção do filósofo era ir mais além da dúvida, ou seja, ir mais além da dúvida significava ir ao extremo, e, ir ao extremo, significa colocar em dúvida sua própria mente. O problema é: porque Descartes põe em dúvida as verdades matemática e a sua própria mente? Veja-se. Embora essas verdades matemáticas lhes parecessem mais certas que outras que tirara dos sentidos isso não as eximiria da dúvida. Afinal, no início da Meditação Primeira, Descartes deixa claro o seu propósito de reconstrução do conhecimento, onde toda opinião que lhe fora transmitida até então como certa e verdadeira deveriam passar por uma investigação através da meditação. Portanto, tanto as verdades matemáticas quanto a opinião de que há um Deus, essas, estavam atreladas ao rol das velhas opiniões transmitidas, dos velhos conhecimentos adquiridos, e que, a essas velhas opiniões e conhecimentos, o próprio Descartes considerou como mal assegurados, duvidosos e incertos, como também, susceptível de investigações.

Como conclusão para a Primeira Meditação, Descartes define assim, o **Método da Dúvida** como rota para encontrar os fundamentos do conhecimento.

MEDITAÇÃO II – A EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA

Em sequência reflexiva, após as colocações levantadas sobre a hipótese do gênio maligno, citado no capítulo anterior, o pensamento de Descartes se volta sobre si mesmo afim de examinar a questão de sua existência com a proposta de demonstrar a natureza da mente humana e de que ela é mais fácil de conhecer do que os corpos.

Descartes, de certa forma, tem a sensação de estar encurralado pela dúvida e decide seguir pela mesma via, ou seja, seguir pela meditação, afastando-se daquilo que possa imaginar a menor dúvida. O seu propósito será encontrar algo de certo, ou, então ter uma certeza de que não há nada de certo no mundo. Por isso, a chamada para essa segunda meditação é direcionada para a natureza do espírito humano. Para isso, é necessário que seja feita uma explanação sobre tudo que diz respeito ao espírito humano. A exemplo da meditação primeira, aqui, também nessa segunda meditação, será feita uma apresentação em três partes:

1- Aqui será mostrada a primeira certeza encontrada por Descartes, a da existência do eu. Será feita uma explicação sobre como Descartes obtém a primeira certeza. Para isto, o filósofo aventura-se em mergulho profundo, seu pensamento volta-se agora sobre si mesmo afim de examinar a questão de sua existência. É chegada a hora de investigar sua própria existência, seu próprio eu. Era preciso dar um mergulho mais profundo e o mergulho foi dado. Todo o esforço de agora em diante é para mostrar que a dúvida tem de ser apenas provisória. Era preciso duvidar? Sim, era preciso duvidar, pois segundo Descartes é pelos caminhos da dúvida que se chega ao indubitável. O problema é: o que poderá ser considerado verdadeiro? Ora, até agora nada encontrei que não deixasse dúvida, estou sempre supondo que todas as coisas são falsas, diz ele. É dúvida daqui é dúvida dali, é dúvida disso é dúvida daquilo. Mas, continua ele, como é que eu sei se não existe alguma coisa diferente de todas as que já duvidei e da qual não possa existir nenhuma dúvida? Onde poderia encontrar essa resposta a não ser nele mesmo? Decisivo, passa Descartes a explicar o seu argumento. Se lhe era permitido encontrar todas as dúvidas que já encontrara até agora, como as que duvidou, por exemplo: duvidar dos sentidos, do corpo, da memória, será que por certo não haveria

algo superior e que fosse indubitável, que pudesse ser considerado verdadeiro, e, será que não é, precisamente esse algo que me permite perceber que há dúvidas? Veja, justamente aqui, trabalhando essas dúvidas, é que está o ponto culminante, onde Descartes encontra a primeira verdade: o **EU SOU, EU EXISTO**. Nasce assim a primeira verdade, saída do seio da dúvida mediante uma conversão das coisas ao interior do próprio espírito. A proposição “eu sou, eu existo” é capaz de resistir a todas as dúvidas que por ventura venham ofuscar a existência do eu. Descartes diz que, mesmo que haja um gênio maligno e que esse o engane, jamais poderá fazer que ele não seja nada. Portanto, fica assim definido que a proposição “Eu sou, eu existo” é necessariamente verdadeira, que lhe dão absoluta certeza que é um ser que, no mínimo, se nada mais, tem experiências conscientes, particulares. Então, se assegurado por essa certeza, teria o filósofo direito a conceber altas esperanças de encontrar uma verdade primeira, um ponto fixo, a partir do qual se possa mediante uma série de razões, alcançar outras verdades, que venha possibilitar, tanto de uma nova ciência quanto a autonomia do conhecimento

2) Nessa segunda parte desta meditação é feita uma abordagem sobre a investigação da natureza do eu. De início, é bom que seja reafirmado que, o privilégio da proposição “eu sou, eu existo”, que afirma a existência do eu é determinada pela impossibilidade de encontrar uma premissa enunciada na primeira pessoa do singular pela qual ela não seja confirmada: a existência está implicada e não excluída, até mesmo pelo pensamento de ser enganada. Porém, mesmo tendo como certo o “eu sou, eu existo”, o filósofo declara não ter a certeza ou uma clareza do que realmente ele é. Da existência já tem a certeza, mas é preciso buscar a essência dessa existência. O problema é: “o que é mesmo que eu sou?” Ora, se aceitasse como resposta, simplesmente, que era um homem, que era um animal racional, evidentemente ele iria continuar aceitando um conhecimento que lhe fora fornecido pelas velhas opiniões, e isso, segundo ele, deveria ser suprimido. Essa investigação portanto, deveria manter o compromisso de fugir dos vínculos e, ou, de amparos de quaisquer coisas senão, aquelas encontradas em si mesmo, em seu espírito e que lhes eram inspiradas pela sua própria natureza. Usando o pensamento, volta em recapitulação todas as dúvidas já surgidas, já fixadas. Isso seria para ele uma espécie de provar, testar a dúvida, o que certamente lhe daria subsídio necessário que o permitisse uma melhor compreensão, para distinguir nitidamente o que pertencia ao corpo e o que pertencia à alma, pois essa seria a

principal coisa requerida para se chegar a natureza do eu. Para Descartes, era extremamente importante nessa investigação, experimentar a possibilidade de conhecimento independente da existência do corpo.

3 - Quanto ao corpo, esse, já era conhecido, e que, não havia dúvidas quanto a sua natureza, ou seja, não havia dúvida que o corpo existia com totalidade e totalidade de corpo: rosto, braços, cabeça, movimentos, pelos seus sentidos, pois estes, com certeza compõem o corpo, disso, não havia menor dúvida. Porém, ao mesmo tempo, mantém-se a dúvida quanto aos atributos do corpo, como andar, se alimentar, sentir. Desses atributos ainda há convicção de suas dúvidas, portanto o destaque seria para lembrar, que todos os atributos do corpo, trazidos ali no estudo da experiência das meditações, que lhe enchera de dúvidas, era justamente essas que careciam ser demonstradas quais as que lhe pertenciam por natureza. Por exemplo, se o corpo anda, se sente fome, se faz movimentos, isso é verdade. Mas e se não houvesse corpo? Não haveria por certo fome, o movimentar dos braços, apreensão do som, da temperatura. E, se tudo isso houvesse só pela imaginação? O que deve aqui ser dito é que, a única coisa neste e em qualquer outro caso da qual se pode estar inabalavelmente seguro é das experiências que se está tendo. Se as dúvidas estavam até então concentradas aos atributos do corpo, mesmo assim, havia um atributo a qual não oferecia nenhum motivo para dúvida e esse atributo era o pensar, “...noto aqui que o pensamento é um atributo que me pertence. Só ele não pode ser desprendido de mim.” Vê-se que o filósofo havia percebido alguma coisa no corpo, que diz respeito aos seus atributos (do corpo) que não lhe pertencia. E essa coisa que não pertencia ao corpo segundo Descartes, era o comando. Sim, o comando. O comando de todos os movimentos, de todo trabalho, de toda função por ele exercido, esse, não lhe pertencia. Havia algo alheio ao corpo que o toca e de quem ele (o corpo) recebe as impressões, e que, é por essa impressão que ele age, que ele executa. Aí é que se encontra a essência do eu, e que, carecia continuar a investigação.

Quanto à alma, para dar início de fato ao que se refere aos atributos da alma, em Descartes, é necessário que se tenha um conhecimento claro da “coisa pensante”, é necessário analisar a sua natureza. Segundo o filósofo, as necessidades, os movimentos e até mesmo a imagem que ele que ele faz do corpo, não lhes dão a convicção de que sejam verdadeiras, quando ele afirma que essas coisas lhes vêm pela imaginação e que o pensamento não vem de outra coisa, simplesmente o pensamento está ali, ele pensa, ou

seja, do pensamento ele não tem dúvida. As dúvidas estão nas coisas que lhes vem pelo pensamento. Ora, todas as coisas que lhes vem pelo pensamento, como a imaginação o corpo, o vento, o vapor nem nada do que possa fingir ou imaginar e que fazem parte de todo o seu conteúdo de dúvidas, e que ele supunha nada existir, não podem nem suprimir nem deixar dúvidas de que ele existe, pois, ele pensa. As coisas podem até não existirem mas, tanto as dúvidas quanto as idéias da não existência das coisas vem pelo pensamento, e, pensar, isso é consideravelmente verdadeiro. Se pensa, existe.

Descartes procura fazer uma demonstração da existência começando pela consideração das coisas mais comuns. Segundo o filósofo, é essas coisas mais comuns que cremos compreender mais distintamente e, essas são aquelas que tocamos e que vemos. Para essa demonstração da existência, ele escolhe como coisa “mais comum” a cera: um pedaço de cera que é retirado da colméia continua com a mesma doçura, com o mesmo aroma, com a mesma cor. Quanto à forma, porém, se aproximada do fogo, ela perde os atributos que são percebidos pelos nossos sentidos. No entanto, apesar da transformação e da corrupção, ela ainda continua sendo cera, o que significa dizer com bastante clareza que da corrupção do corpo a morte da alma não se segue. Para explicar melhor essa experiência do pedaço de cera, mesmo sendo simples, ele descobre coisas simples, como:

a) que não é pelos sentidos que se percebe as coisas, pois tudo ou todas as coisa que são percebidas pelos sentidos são mutáveis. Exemplo: quando a cera é aproximada do fogo, ela vai perdendo a cor, o sabor, o aroma, tornado-se líquido. No entanto, o que resta ainda é cera, a cera permanece. Portanto, essa certeza que se tem da cera não é uma coisa concebida pelos sentidos. O que Descartes quer dizer é que essa certeza que se tem aqui, já é um entendimento, uma compreensão da cera e não apenas, uma imagem, e, essa compreensão não vem pela imaginação. Ela é uma inspeção do espírito;

b) ele também descobre que se faz necessário uma análise mais delicada da razão, e explica que, é através do exemplo da cera que fica comprovado que o entendimento, que a compreensão é uma inspeção, uma fiscalização do espírito. Mas essa inspeção chega ao pensamento e, este, por sua vez, não tem a tarefa única de pensar e só isso. O pensamento também apresenta formas como querer, negar, afirmar que vão se unificar na coisa pensante, no pensamento. Descartes então, apresenta racionalmente o que fica deduzido dessa experiência, dessa investigação. Primeiro ele assinala o

quanto existe de resistência no espírito para desprender-se das coisas antigas, a abandonar os sentidos e a imaginação. Segundo, é devido essa resistência que ele se torna acessível ao erro. Outra coisa que ele deixa claro é que o conhecimento dos corpos depende da natureza da mente: o que é imaterial é condição para o conhecimento material. Destarte a experiência sensível é sempre uma construção da mente. Scribano, faz o seguinte comentário:

“observar-se-á que o conhecimento da existência do eu está implicada pelo pensamento de ver a cera e, portanto, que a experiência da cera revela em primeiro lugar a natureza da mente (o pensamento) e, juntamente com esta, a sua existência. O *cogito sum* é aqui verificado na experiência concreta” (SCRIBANO, 2007, p. 72).

MEDITAÇÃO III – CLAREZA E DISTINÇÃO

“A identidade de uma coisa não me é dada pela imaginação mas sim pela ação do entendimento, o qual forma uma idéia da coisa, indispensável para que se possa falar em conhecimento”. E, segundo Descartes, “o espírito é mais fácil de conhecer do que o corpo” (DESCARTES, 2005, p.51).

Seguindo com o seu propósito para encontrar a verdade do conhecimento através de suas experiências metafísicas, Descartes, agora conduz a meditação no tocante à existência de Deus. Pelo objetivo do seu trabalho, ao qual vem sendo mostrado desde o início desta obra, encontramos um Descartes detalhista, com um senso perceptivo bem acurado tanto no percurso, quanto para os resultados que ele pretendia obter através do meditar. Afinal toda essa investigação, para ele, já tinha endereço definido, e, esse endereço chamava-se CONHECIMENTO. As ciências careciam de um suporte de verdade, de um alicerce ou, de uma base que funcionasse como credencial em sua formação. Descartes ansiava por um conhecimento verdadeiro, um conhecimento no qual se pudesse desfrutar com indubitabilidade. Afinal, o desenvolvimento e a evolução de um povo, da humanidade acontecem através, ou, pelo conhecimento. Descartes já era possuidor de uma verdade, o cogito. O problema é: - de quem é ou de onde vem o comando do seu pensamento? Pois para ele era necessário se fazer uma validação plena para essa certeza, como também, uma investigação que lhe assegurasse quem promovia, ou de onde procedia essa certeza sobre o cogito.

Para uma melhor compreensão da existência de Deus, assunto que será abordado nessa terceira meditação, Descartes faz um exame, por si mesmo, do eu pensante, isto é, o seu pensamento se volta para o exame de suas idéias afim de saber se há algo que exista além de si mesmo. Ora, o método usado por ele, aqui, não poderia ser outro se não, a dúvida. E prossegue em seu exame. Primeiro, duvidou das coisas que sentia e que imaginava, se elas existiam de fato ou não, ou, se elas existiam apenas fora dele. Com esse exame, ficou novamente reforçado, até aqui, que só o pensar, realmente, existe nele. Tudo isto já era sabido, já havia sido falado anteriormente, mas está só sendo mostrado como foi feito o exame em si mesmo. Segundo, se possuía a certeza do

cogito, se a única certeza era a do “eu sou, eu existo”, então, será que era só isto? Será que não haveria algo mais, fora dele que fosse mais potente mais verdadeiro do que o “eu sou, eu existo”? “Agora considerarei mais exatamente se não se encontram em mim, talvez, outros conhecimentos que eu ainda não tenha percebido” (DESCARTES, 2005, p58).

Descartes vai fazendo o exame de si mesmo por sequencia, repassando em sua mente todos os conhecimentos adquiridos, como também, suas respectivas dúvidas. Digamos que o filósofo agindo assim está fazendo uma espécie de inventário dos conhecimentos certos adquiridos. Foi verificado que no senso comum - as inclinações são naturais e as ocorrências involuntárias, por exemplo: as inclinações naturais eram as crenças as quais ele recebia e admitia como muito certas e manifestas, citando a terra, o céu e os astros; as ocorrências involuntárias, as das sensações, são aquelas ocorrências que chegam ao pensamento, devido às sensações causadas pelos sentimentos. Então, o filósofo percebeu como essas coisas, essas informações careciam de investigações. Era necessário que ele mesmo se certificar-se, se nelas, havia alguma coisa de claro e distinto, pois até então, a única coisa que ele podia continuar afirmando era que tanto as idéias quanto o pensamento, apenas essas coisas eram dele de fato, lhes pertenciam. Certamente, para Descartes, deveria haver algo fora dele das quais procediam essas idéias e às quais elas eram totalmente semelhantes.

Descartes dá uma explicação, para o significado da palavra idéia, como também do seu conteúdo. Segundo ele, faz-se assim necessário um esclarecimento a respeito, para uma melhor compreensão do que se está se dizendo e, do que ainda se quer dizer, já que esta, a idéia, foi inserida com mais frequência aqui nessa investigação. Para saber se há coisas exteriores a nós é preciso estudar a origem de nossas idéias. Para o filósofo, há em nós três tipos de pensamentos: idéia, vontade, juízo. Vejamos:

[...]uma idéia é a forma de cada um dos nossos pensamentos por cuja percepção imediata temos consciência desse mesmo pensamento, é uma representação mental e por intermédio dela o pensamento é enviado a si mesmo, como produtor da idéia, e ao objeto por ela referido (DESCARTES, 2005, p.58).

Procurando explicar o teor dessa afirmação, será colocado, como Descartes concebeu com o raciocínio, esse argumento que distingue a idéia e seus conteúdos.

Seguindo pela exigência da ordem é o seguinte: o pensamento está ali, e quando ele pensa algo como um homem, um céu, então, a imagem desse algo, do homem, do céu, povoa no pensamento formando aí a idéia desse algo, do homem, do céu. À essa idéia de algo, é concebido uma ação, por exemplo: como, quando, onde, sim, não, e essas ações aí concebidas, são ações do espírito. À essas ações, ele chama vontade. Quando as ações do espírito, ou, quando a vontade (como, quando, onde, sim, não) são acrescentadas as idéias, então à idéia de algo ou, do algo, é reenviada ao pensamento, agora, já acrescida da vontade.

Para essa idéia, que agora está no pensamento, porém, com nova roupagem, á vontade, será ainda acrescido outro conteúdo: os juízos. Quanto a esses, caberá a incumbência de investigação, a qual será abordado mais na frente. Para Descartes, não seria interessante, ou melhor, não seria inteligente, um conformismo quanto a dizer que a idéia surgia apenas por certos modos ou formas do pensamento sem querer relacioná-las a outras coisas exteriores. Se algumas das idéias pareciam estar nele, ter nascido com ele, outras, pareciam lhes ser estranhas. O que ele considerava como dele era a faculdade de conceber o pensamento, por si só, o pensamento. Pensar, não vinha de outro lugar senão apenas da sua natureza. O que era considerada como estranhas, eram aquelas idéias que lhes vinham pelos sentidos, como ver o sol, sentir calor, ouvir ruídos. Essas pareciam procederem de algo que existisse fora dele, como também, até as idéias que tinha de outras quimeras, que o levavam a persuadir-se de que ou nasciam com ele, ou que vinham de fora. O problema aqui, era justamente sobre quais as razões que o levavam a crer que as idéias que pareciam vir de outros objetos que estavam fora dele, poderiam ser creditadas como sendo semelhantes a esses objetos? Com que direito se daria crédito ao juízo de que existem coisas exteriores ao eu pensante? Tudo isso pode ser assim representado: pensamento – imagem - idéia - vontade - juízos.

Sim, voltando ao assunto investigado, o filósofo deixa transparecer os resquícios de dúvida quanto ao Deus enganador ainda persistindo nele. O seu argumento quanto à dúvida de que pudesse estar sendo enganado é voltado para as coisas mais simples, quando ele mesmo havia citado anteriormente e que se referia a aritmética e a geometria como exemplo, quando ele considerava que dois e três juntos produziam o número cinco, e, mesmo assim, não concebia com clareza o bastante que eram verdadeiras. Essas são dúvidas residuais, visíveis, que subsistem no pensamento do filósofo, também, dúvidas quanto à confiabilidade da mente. É preciso saber se os objetos

representados são verdadeiros ou se são meramente ilusórios, ou seja, o que garante que o objeto da idéia existe de fato?

Quais as razões que o filósofo tem para crer que o objeto da idéia existe de fato? Essa foi à questão que encerrou o parágrafo anterior. Para essa questão, Descartes enumera duas razões as quais poderiam valer como critérios de respostas para as suas razões : o primeiro critério para explicação dessas razões por ele lançado é o do senso comum. Primeiramente, tem que ser levado em consideração que uma das razões, a primeira no caso, vem pela impressão que ele tinha, que tudo isso era ensinado pela natureza. Porém, se assim fosse, esse argumento não satisfazia o filósofo, pois segundo ele, os ensinamentos que vinham pela natureza estes, apenas seguiam as inclinações, o que cabe aqui uma investigação para saber se esta razão deve ser considerada convincente. Segundo o pensamento de Descartes, acreditar em algo que é ensinado pela natureza é acreditar pela inclinação de que devo acreditar nesse algo, e não, acreditar por que nesse algo existe uma luz natural em que possa se conhecer que essa coisa é verdadeira. Pela luz natural significa que este ensinamento ofereça credencial de resposta, pois, só pelas inclinações, os ensinamentos não servem de credenciais de verdade, já que, também, podem-se praticar o vício, a falsidade. Ainda, para reforçar a investigação feita tanto ao acreditar em algo quer seja pela inclinação ou quer seja acreditar pela luz natural, ambas, diferem muito entre si, e, nele, em Descartes, não existe nenhuma faculdade que o leve a distinguir o verdadeiro do falso, neste caso. Quanto a segunda razão, a de que essas idéias devem vir de outro lugar, de que essas idéias não dependem da sua vontade, o próprio Descartes explica que essa razão não é convincente. Afinal, Descartes faz uma afirmação conclusiva dizendo que para essas razões estudadas não houve argumentos de veracidade da origem das idéias como também o acordo com o objeto. A dúvida ainda paira sobre todas as coisas. Fracassa, então, a análise da origem das idéias.

Mesmo assim, mesmo não tendo tido êxito com o primeiro critério de análise das idéias, Descartes não desiste e nomeia um segundo critério para a sua análise das idéias. O foco agora será analisar a natureza das idéias, portanto, a análise, a partir de agora terá outro caminho a ser seguido, ou seja, o seu pensamento se ocupará em analisar os graus de realidade das coisas, quanto ao seu conteúdo: substância, acidente, causa e efeito. Assim, dessa nova via de análise surgem a realidade objetiva e a realidade formal. Qual seria então o problema a ser investigado? Seria descobrir se a

idéia surgia apenas de certas formas do pensamento, o qual, se assim fosse, segundo o filósofo, entre essas não haveria diferença ou desigualdade já que, se, dessa forma, as idéias procediam dele mesmo de uma mesma maneira. Prosseguindo então, vê-se o filósofo dando uma explicação para cada uma dessas realidades. Vale dizer, que as explicações por ele dadas são resultantes de suas análises e investigações feitas sobre o assunto.

Chama-se realidade objetiva ao conteúdo representativo da idéia, isto é, o ser de uma coisa enquanto ela está na idéia. Toda idéia contém em menor ou maior grau certa realidade objetiva e esta deve ser pesquisada. É preciso saber se tais idéias são tomadas apenas na medida em que são de certas formas de pensar. Caso seja assim, segundo Descartes, ele não reconhece entre elas nenhuma diferença ou desigualdade, pois, todas parecem proceder dele e de uma mesma maneira. Já para aquelas que são representadas por imagens, das quais uma idéia representa uma coisa e outra idéia representa outra coisa, essas, fica evidente que são muito diferente umas das outras. No pensamento do autor, quando uma imagem representa uma substância elas contêm mais realidade objetiva, pois participam por representação em mais graus de ser ou de perfeição do que aquelas que representam somente modos ou acidentes.

Chama-se realidade formal porque diz respeito à forma do conhecimento, é a realidade da própria coisa considerada como algo que existe atualmente. A realidade formal se opõe a realidade objetiva, pois enquanto esta se refere à idéia da coisa, na realidade formal, na idéia, já está contida a própria coisa. Descartes afirma que: “é coisa manifesta pela luz natural que deve haver pelo menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto em seu efeito;” (DESCARTES, 2005, p.66).

Investigada a realidade objetiva e a realidade formal, ainda resta algo que, necessariamente, também, deve passar pelos crivos da investigação. Agora, será investigada a idéia do eu de Deus. De acordo com a explicação dada por Descartes, sobre o significado da idéia, ela seria: “a forma de cada um dos nossos pensamentos, por cuja percepção imediata temos consciência desse mesmo pensamento...” (DESCARTES, 2005, p.67).

Mesmo sendo Deus mencionado, não significa que será feita uma investigação sobre o próprio Deus. O que será investigado será a idéia de Deus. Ora, sendo a idéia uma forma do pensamento de algo, por ela representado, se, na idéia está o ser ou a

realidade de uma coisa, então, o pensamento do filósofo a respeito de Deus é que ele existe e da sua existência não há porque duvidar se vista ou, encarada por esse ponto de vista. Seguindo o raciocínio cartesiano entende-se que uma idéia não pode surgir do nada, pois, o nada, não produz coisa alguma, muito menos idéia. A idéia é a representação de algo que é real, que existe, mesmo sendo a idéia produção do pensamento, e, mesmo sendo o pensamento susceptível de enganos como já foi mencionado pelo filósofo no início dos seus estudos feitos nas meditações. Toda idéia tem uma causa, seja a idéia objetiva, ou, seja formal, a qual, tanto num caso quanto no outro, não possuem graus de realidade maior ou menor uma da outra. A idéia procede sempre de uma causa real. A idéia é obra do espírito, de modo que, sua natureza não requer de si nenhuma outra realidade formal.

Antes de ir direto ao assunto sobre a existência de Deus Descartes não deixa passar despercebido que existem idéias que lhe representam a si mesmo, e há outras que lhes representam um Deus, por exemplo: as idéias que representam as coisas corporais, e que estão nele, apenas as que estão ligadas as idéias de substância, são as que podem ser concebidas clara e distintamente, a saber: a grandeza ou extensão em comprimento, largura ou profundidade, resumindo, tudo que diz respeito às substâncias. Quanto as idéias que lhes chegam pelos sentidos, como as cores, os sons, os odores, os sabores, essas, devido se encontrarem em seu pensamento com obscuridade e confusão que não dá para admitir que sejam falsas, verdadeiras e, ou, se são somente aparentes, e, a essas, devem ser consideradas como pouco claras e pouco distintas. As idéias pouco claras e pouco distintas são, segundo a avaliação de Descartes, aquelas que não apresentam critérios que se possa discernir se é falsidade ou qualidade, reais. Isto é, nas idéias, é possível encontrar uma certa falsidade material. Essa falsidade material fica evidente quando a idéia representa o que não é nada como se fosse, citando como exemplo, a idéia do frio e do calor, que não possui uma coisa certa que se possa ter como segura, e em que se afirme, que o frio é somente uma privação do calor, ou que o calor, é somente uma privação do frio. Agora, depois de investigar sobre a idéia do eu de Deus, o que resta acrescentar para rematar o que se propõe a terceira meditação, quando tem como enunciado a existência de Deus, é ir direto ao assunto.

A comprovação da existência de Deus é compreendida quando Descartes faz a comparação entre substância finita e substância infinita. O problema é: necessário se faz considerar se há algo na idéia que o filósofo tem de Deus, como que, Deus é uma

substância onipotente, onisciente, infinita, imutável, que não tenha vindo dele mesmo. Ora, considerar através da idéia, que Deus é tudo isto que foi citado na frase anterior leva a uma reflexão bem racional na qual ele conclui que, mesmo que a idéia da substância se encontre em um ser finito, apenas por este, ser também uma substância, seria impossível que uma substância finita tivesse a idéia de uma substância infinita, se não fosse pelo fato, de ter sido colocada na substância finita, essa idéia, por uma outra substância verdadeiramente infinita. Descartes faz com propriedade, declarações que podem assegurar a existência de Deus. Primeiro de tudo, ele está seguro de que há mais realidade na substância infinita do que nele próprio, que é finito. Essa certeza da realidade do ser infinito lhe vem quando ele, questionando ele próprio, diz que não seria possível saber que é um ser imperfeito sem antes ter tido a idéia de um ser perfeito. Isto significa que um ser finito, por si só, não conceberia a idéia de um ser infinito. As dúvidas existentes no ser humano são outra prova da existência de Deus. Se não houvesse dúvidas seria por ser o homem, já perfeito, nele não faltaria nada. A busca pelo conhecimento, a consciência de ser ignorante em determinadas coisas que são necessárias de conhecer, também estão nos argumentos usados pelo autor para provar que Deus existe.

Tudo que foi mencionado pelo filósofo, no que se refere à substância finita e infinita, tem a finalidade de esclarecer o princípio de causalidade. Na concepção do racionalismo, a causalidade é um conceito a priori necessário e universal. Então, Descartes, como racionalista, não larga mão de lançar seus argumentos sobre o assunto. Ora, se tudo existe por uma causa, a primeira prova da existência de Deus pela causalidade fica assim explicada: “se está em mim uma idéia de que não posso ser causa, deve existir algo que seja causa dessa idéia, no caso Deus” (DESCARTES, 2005, p.72).

Descartes menciona, por não ser o autor de sua própria existência, então ele não possui independência, e, fica evidente que precisa de outro ser (causa) para poder existir. Deus existe e é a fonte de toda verdade. Nenhuma substância foi, ou é, criada por si mesmo, e nem tão pouco por si só se mantém em todos os momentos de sua duração. Precisa ser recriada continuamente a cada momento. Essa seria então uma ação que só pode ser executada pelo mesmo poder da ação de criação, ou seja, só o poder que cria tem poder para recriar, de manter.

Finalizando, Descartes diz: “eu existo por outro, Deus existe por si mesmo”. Fica assim estabelecida a prova de que Deus é a causa de si mesmo. Deus existe sem causa. Em Deus estão contidos, a causa e o efeito. Este é o fenômeno da autocausalidade, e, Descartes confessa não conceber e nem compreender, apenas, sabe. A regra geral da verdade anunciada é validada e pode-se dizer que todas as idéias claras e distintas são certamente verdadeiras. O artifício do gênio maligno foi desmontado.

CAPÍTULO II

AS BASES SEGURAS PARA A CIÊNCIA

MEDITAÇÃO IV – O INTELECTO E A VONTADE

Descartes contemplará a idéia de Deus. Segundo ele através dessa contemplação descobre-se a possibilidade de uma ciência certa, de um conhecimento indubitável. Do verdadeiro e do Falso é o tema abordado nessa quarta meditação.

Bem. Até aqui, já tomamos conhecimento de como e por onde o filósofo vem trabalhando no intuito de descobrir uma verdade que se estabeleça universalmente. Parecem esquisitos os caminhos? Mas, os resultados apresentados nos argumentos dados para as investigações são dignos de atenção e de reflexão. Procurar uma verdade que tenha alcance universal não é uma tarefa fácil para um mundo em que cada indivíduo, cada segmento, cada sociedade já possui sua própria verdade de acordo com suas conveniências. Descartes já mostrou que de tudo deve-se duvidar. Já falou da natureza do espírito humano, de que o espírito é mais fácil de conhecer do que o corpo, já desafiou-se para provar a existência de Deus, agora, vem a polêmica do verdadeiro e do falso. Sim, o assunto é polêmico desde o momento que foi dito pelo autor que Deus é bom, que Deus é onipotente, que Deus é perfeito. Apesar de que, essas afirmações não são da autoria do filósofo, mas, tem valor universal. Se aqui nesta meditação, Descartes se propõe a investigar o porque do verdadeiro e do falso, pode-se perceber que em seu pensamento existe uma idéia subtendida do verdadeiro, ou, do falso. O problema está assim lançado: se Deus é verdadeiro onde está a causa do erro ou da falsidade?

Descartes mantém a determinação de encontrar, ou, descobrir uma verdade para o conhecimento, o que o faz continuar com o seu exercício intelectual da meditação. Construir algo não chega a ser tão difícil quanto o reconstruir. O caso aqui, também, como nas meditações anteriores, era desfazer-se de conhecimentos, de opiniões, que não mais lhes convenciam devido à falta de critério de verdade para esses conhecimentos. Prosseguindo, sem fugir do objetivo, mais uma batalha é travada, desta vez, em busca da causa do erro ou da falsidade. Os erros existem, são fatos percebidos, dos quais, cumpre investigar a causa. Investigar a causa do erro juntamente com o seu mecanismo, não só consolida a veracidade do tema mas também evita a formação de falsos juízos.

O fio condutor usado por Descartes para essa investigação, a qual se propõe, está atrelado à certeza da existência de Deus. De início, ele vai enumerando os atributos de Deus, começando pela certeza de que sua existência é dependente da existência de Deus, pela evidente bondade de Deus que, se é bom e, se é perfeito, é impossível que provoque engano, e ademais, todas as coisas enfim que ele possui, que fazem parte do seu eu, ele as possui de Deus. Então, observado assim por este ângulo, não pode haver possibilidade de erros. Diante de apenas atributos positivos, o filósofo comenta: ... “quando só penso em Deus, não descubro em mim nenhuma causa do erro ou da falsidade...” (Descartes, 2005, p.85). Mas, o erro existe e deve ser investigado. Descartes tinha já uma consciência de que era um ser criado, e não um criador. Também que fora criado por um ser soberanamente perfeito, portanto, não poderia haver nele nenhuma faculdade imperfeita, que o levasse ao erro, a falsidade. Mas, aí ele vai descobrindo em si mesmo, que o mesmo ser que o criou perfeito, dentro dessa mesma perfeição, lhe permitiu que possuísse faculdades próprias de pensar, de querer, de julgar, as quais essas, tanto seriam dirigidas como obedeceriam comando próprio, ou seja, o resultado dessas ações de pensar, de querer, de julgar, estavam sobre a inteira responsabilidade do próprio Descartes, que era seu possuidor. Um outra descoberta, nele mesmo, foi que, apesar de sua consciência estar segura de todas essas coisas perfeitas, também há nele um vazio, se é que pode assim ser chamado. Nesse vazio, segundo o filósofo, só existe a idéia do nada. Essa idéia do nada é negativa em relação a perfeição. O nada a qual se refere o filósofo, é uma condição distante da perfeição. Estando ele na qualidade de um ser imperfeito, significa que está na posição do meio, ou seja, está entre Deus e o nada, ficando exposto as falhas.

O que deve então ser sabido e exposto do pensamento de Descartes, como resultado de sua investigação? Primeiro, o erro é um defeito: para se cometer falhas não é necessário uma potência permitida por Deus para tal. Acontece que, tudo que vem de Deus, vem de um ser infinito para um ser finito. Daí a capacidade de falha estar no ser finito. Em segundo lugar, o erro é pura privação: essa privação se refere a falta de algo ou de uma qualidade que é natural ao ser. O ser está privado de algo; ele não recebeu de Deus uma potência imperfeita, a potência da privação. A privação é diferente da negação. A negação aqui citada significa ausência de algo que realmente não deveria ser possuído. Por isso Descartes afirma: “o erro não é uma pura negação, ou seja, não é o

simples defeito ou falta de alguma perfeição que não me é devida, mas, antes, é uma privação de algum conhecimento que eu deveria possuir.” (DESCARTES, 2005, p. 86.)

Descartes intenta nas explicações mostrar com mais clareza qual o verdadeiro sentido das definições por ele dadas em relação ao erro. Mantém-se fiel, pelo fio condutor, que é a existência de Deus, a qual não se desviou. E porque Descartes deve explicações para as suas deduções? Ora, caso não haja um esclarecimento para as deduções mencionadas acima, tudo o mais, que já vem sendo dito pelo filósofo, a respeito da verdade, da existência, e de Deus fica meio dúbio diante do compromisso por ele assumido em encontrar conhecimento verdadeiro. Ao afirmar que: o erro é um defeito, o erro é uma privação, parece de pronto, que o filósofo não vem prestando atenção no que ele próprio vem dizendo com relação à bondade e a perfeição de Deus. Não é nada disso. O conceito que Descartes faz e que tem de Deus continua mantido. Deus é o criador, é a causa primeira de todas as coisas e é perfeito. O que deve ser explicado quanto, ao existir o erro e a falsidade, é que estes estão inseridos no indivíduo, pelo menos até aqui, devido a condição finita do ser. Sendo o homem um ser finito, ele não tem alcance da totalidade, e, assim sem ter esse alcance, não tem também condição de desvendar as intenções de Deus. Será que para Deus é melhor o homem falhar do que não falhar? Como ser finito, o homem não tem acesso aos fins impenetráveis de Deus. Outra deficiência encontrada no homem, devido sua finitude, é a falta de critérios absolutos, que estejam a altura de um ser absoluto. Isto impede a compreensão de certas obras de Deus. Deus, sendo o criador de todas as coisas, certamente também é o mantenedor de todas as coisas. E portanto, tudo que ele opera não o opera apenas para uma coisa, ou, para um ser somente. Toda operação de Deus é abrangente, direcionada ao todo ou, ao universo. Sendo Deus perfeito e bom, é inadmissível pensar que Deus beneficiaria um em detrimento de outro. Daí vem a condição imperfeita do homem. Devido ser um ser finito, não tem critérios nem alcance tanto ao pensamento quanto as obras realizadas do ser absoluto.

Dadas as devidas explicações para as definições citadas, não significa que o assunto do erro e da falsidade tenha encerrado por aqui. Nada disso. A investigação continua. Porém, ficou claro dois pontos: que não cabe investigar os fins de Deus, e também ficou claro, a posição consciente, assumida pelo filósofo, de que é menor diante de um Deus onipotente. Se, só ao Deus absoluto cabe a perfeição, Descartes, na qualidade de criatura, assumindo ser de condição menor, não exita em dizer-se

imperfeito, como também, por ter esta condição, não é ele isento do erro. Para que haja erro, segundo os seus estudos, são usados dois mecanismos: o entendimento e a vontade. Esses dois mecanismos são potências concebidas ao eu pensante. Ao entendimento só, não deve ser atribuído o erro. A tarefa do entendimento é conceber a idéia, não cabendo a ele assegurar ou negar alguma coisa, portanto, não pode haver nele erro algum. Quanto a vontade, segundo Descartes, essa é de todas as coisas que estão nele, a mais extensa e a mais ampla de todas as faculdades que lhes pertence. O filósofo não está com essa afirmação querendo dizer que nele a vontade é maior do que em Deus. Não é isso. É que, sendo à vontade em Deus, incomparavelmente maior, devido o conhecimento e a potência que em Deus há e que se encontram juntas, então, nele, em Descartes, a vontade se torna mais firme e mais eficaz. Cabe à vontade, apenas a tarefa de decidir se fazemos ou não fazemos algo, É pela vontade que se nega ou se afirma algo. À vontade, é exercida pelo livre arbítrio. Segundo Arthur Schopenhauer:

[...] a vontade é primordial, primária, fundamental...; Uma das propriedades da vontade considerada como coisa em si é a unidade, identidade ou indivisibilidade. Outra propriedade da vontade é a ausência de fundamento. Ela é sem fundamento, sem razão, sem determinações, regras, causas ou finalidades. A vontade está fora do tempo e do espaço, fora do princípio de individuação, isto é, da pluralidade; mas também não é determinada, condicionada pela causalidade, que resulta da relação do tempo e do espaço. Ela é livre, independente do princípio de razão, enquanto suas manifestações estão submetidas à necessidade, isto é, à relação de causa e efeito”. ... a vontade é livre. ...As ações dos indivíduos são determinadas pela vontade. Não há escolha, pois a essência das coisas é alheia a razão, independente do princípio de razão. Além disso, a vontade não é guiada pelo conhecimento. Este é uma manifestação da vontade, e não pode, portanto, dirigi-la. (MACHADO, 2006, p.168 - 170.)

Seguindo com o seu raciocínio no tocante a tarefa da vontade, explica ainda o filósofo: se cabe à vontade a tarefa de decidir, de escolher, significa que pode escolher ou decidir por coisas que não são propostas pelo entendimento, como se fossemos livres ao ponto de ignorar as coisas que estão no nosso exterior. Liberdade de escolha sem conhecimento ou sem entendimento não significa que essa liberdade deva ser tomada ou exercida com indiferença, pelo simples fato de que se possui determinada liberdade. Descartes considera essa atitude como o mais baixo grau da liberdade. Também faz uma ressalva dizendo que essa indiferença ao ato da escolha “parece mais um defeito no conhecimento do que uma perfeição na vontade” (DESCARTES, 2005, p.90). Por ser a

vontade mais ampla e mais extensa do que o entendimento, e sem o conhecimento do que é verdadeiro e do que é falso, a vontade se descaminha com facilidade fazendo escolhas indevidas. Quando a vontade ultrapassa o entendimento, dá lugar ao erro. Bem, até aqui, não ficou esclarecido o problema proposto pela meditação. As explicações estão restritas á quem NÃO é responsável pelo erro. Por eliminação fica assim decidido: nem Deus, nem o entendimento, nem à vontade, nem o livre arbítrio, a nenhum desses foi atribuída a responsabilidade de ser a causa do erro. Mas, o erro existe e é fato comprovado. De onde então nascem os erros?

Aparece uma luzinha para essa investigação. O erro vem do mau uso do livre-arbítrio. E, como se pode usar mau o livre arbítrio? Descartes responde: “fazer juízo de algo sem ter entendimento do conhecimento desse algo, na medida em que se afirma ou se nega aquilo que não se conhece, significa fazer mau uso do livre arbítrio, que evidentemente irão produzir deduções erradas” (DESCARTES, 2005, p.92). O filósofo recomenda, que o conhecimento do entendimento sempre deve preceder a determinação da vontade. O que Descartes quer dizer para explicar mais detalhadamente o seu pensamento, seguindo pela linha do seu raciocínio, é o seguinte: como já foi dito anteriormente, a vontade é exercida pelo livre-arbítrio. O mau uso do livre-arbítrio se dá devido haver uma privação, ou seja, a vontade está sendo executada meio que aleatória, apenas porque se sente livre e tem direitos próprios para atuar. A vontade procede da pessoa e é por ela dirigida, vem do pensamento. Se no pensamento não há o conhecimento necessário para que a vontade opere de maneira correta, então, o juízo não será verdadeiro, pois aí estará havendo um mau uso pela falta do conhecimento.

Formar juízos é uma operação natural do homem, é um exercício de sua vontade. De certa forma pode ser dito que tanto errando quanto pecando o ser humano está reafirmando a livre vontade, que lhe é natural, a infinitude que está nele e que o assemelha ao criador. Mesmo sendo finito o homem foi criado a imagem e semelhança do criador. Mas, não é o criador, daí, sua condição de falível. Também, não é uma máquina, daí ser dotado de vontade. O erro não vem de Deus mas, talvez faça parte dos seus planos. Essa meditação traz o testemunho do esforço do filósofo em esquadrihar todas as possibilidades que lhe pudessem fornecer argumentos que provassem que o erro não vem de Deus. Além disso, deixa seladas as regras de evidências que apontarão os critérios fundamentais de conhecimento e verdade: a) adquirir o hábito de não falhar, b) alcançar o conhecimento da verdade. No primeiro, consiste a maior e principal

perfeição do homem no segundo, focar suficientemente a atenção nas coisas que concebe-se perfeitamente para discernir com precisão as que apenas se compreende com confusão. Para concluir, em todo esse esforço deixa compreendido que: 1) Deus é eximido da responsabilidade do erro; 2) o erro não pode ser devido a pura negação; 3) também não pode se ter como causa do erro, o livre arbítrio. Assim, o erro é um mecanismo causado entre o entendimento e a vontade, quando da liberdade da vontade. “Deus, sendo soberanamente perfeito não pode ser causa de nenhum erro”. (esse juízo é verdadeiro) (DESCARTES, 2005, p. 96.).

MEDITAÇÃO V – A MATÉRIA COMO EXTENSÃO

Acompanhando Descartes nesse projeto em descobrir a verdade do conhecimento que ofereça a possibilidade de fundar uma ciência primeira, seguiremos agora na trilha que, por sequência, irá buscar entender a essência das coisas materiais. Quanto às coisas materiais, o que se pode conhecer de certo? Qual a sua essência? Esse é o objetivo maior dessa quinta meditação. Ao mesmo tempo será o problema lançado. Ora, no parágrafo final da meditação anterior, Descartes faz menção sobre critérios que certamente servirão como conhecimento de verdade, certo? Um desses critérios está em saber discernir com precisão, quais os que se compreende com confusão ou com dúvida. O motivo a qual está sendo mostrado aqui o que foi dito anteriormente sobre esse critério de saber discernir com precisão as coisas que se concebe perfeitamente daquelas que se concebe com dúvida é apenas para facilitar a compreensão do ponto de ligação da sequência. Como já vem sendo mostrado, todo esse trabalho do filósofo é moldado em reconstruir, ou, para reconstruir, de maneira tal que não haja dúvidas quanto os resultados obtidos e divulgados. A essência das coisas materiais diz respeito às coisas racionais. Por isso, para falar com precisão das coisas racionais é imprescindível investigar as idéias de tais coisas e que estão no pensamento. No tocante as idéias, aquelas que dizem sobre a existência de Deus e daquelas que se referem a sua própria natureza, elas já estão com certificado de garantia de que são inatas. Então, a via de investigação principal para se atingir os objetivos é tomar conhecimento de quais são os atributos essenciais das coisas materiais. Merece um certo destaque mostrar que o pensamento investigativo do autor não segue por trilhas obscuras. Se a tarefa agora é examinar as coisas materiais, dentro dos padrões de exigências que o próprio trabalho impõe, não seria de bom tom, então, não ser munido de conhecimentos anteriores ao qual pudesse alicerçar-se. A investigação das coisas racionais será assegurada pela veracidade divina, assunto já estudado anteriormente.

A teoria do conhecimento cartesiano é voltada para as idéias inatas, as quais “ele insiste que muitas de nossas mais importantes idéias (incluindo-se os conceitos de pensamento, de Deus, e de objetos matemáticos como triângulos) fazem-se presentes já no nascimento, tendo sido implantados na alma por Deus” (Cottingham, 1995, p. 78). Quanto ao sentido da palavra idéia, ele diz ser “a forma de qualquer pensamento dado”,

enquanto que o pensamento (“aquilo que está em nós de tal modo que disso temos consciência imediata”) (Cottingham, 1995, p.77). Segundo ele, é nas idéias inatas que se encontra a base da certeza e da possibilidade do conhecimento. Daí, para o filósofo ser inviável partir para um exame das coisas externas sem antes não examinar as idéias que lhes estão no seu pensamento no tocante a essas coisas. A análise será iniciada pelas idéias que ele tem dos atributos das coisas materiais, a qual se compreende: á extensão – comprimento, largura, profundidade, onde se pode atribuir ainda, a essas, as figuras, situações e movimentos - duração. Vê-se que essa análise é uma maneira do autor reforçar nele mesmo a certeza da existência de Deus e desfazer-se de uma vez por todas da idéia do gênio maligno, mesmo já tendo sido isto mostrado na meditação terceira. A veracidade das coisas materiais poderá ser confirmada através das evidências matemáticas, tanto por serem elas, conhecimentos claros e distintos, como por serem consideradas idéias inatas. Por exemplo: a verdade matemática das figuras geométricas prova a veracidade das coisas materiais por serem essas figuras, coisas cujas formas são imutáveis em qualquer parte ou posição em que se encontrem no mundo. A figura geométrica por ele escolhida é o triângulo. Nada de especial. Apenas, foi a figura escolhida, como poderia ter sido escolhida outra figura geométrica. Descartes quer dizer que, a idéia que ele tem do triângulo, juntamente com uma infinidade de particularidades, que são chamadas de atributos, existe em seu espírito. Mesmo não tendo sido ainda despertado no pensamento para elas, ela de fato existe clara e distinta. Essa é uma reafirmação de que as idéias são inatas.

E, quando Descartes levanta o argumento, de que existe a possibilidade de que nem todo pensamento inato sobre algo, ou, sobre alguma coisa implique sua existência, ele está apenas reafirmando a veracidade da existência de Deus. Só que, agora, essa verdade a ser demonstrada, será construída por uma forma matemática. Primeiro, ele levanta um argumento de que nem o pensamento nem a idéia que está nesse pensamento sobre alguma coisa pode servir de critério para provar que essa coisa existe. Nota-se que para fazer essa demonstração ele levantou uma dúvida, e, essa dúvida diz respeito a essência e a existência. Prosseguindo, mesmo que essa coisa não exista, segundo o filósofo, a coisa não pode estar no pensamento vindo de um puro nada. O triângulo pode não existir fora dele, mas, a idéia que está em seu pensamento, dos três lados, são imutáveis e eternas, mesmo não tendo ele como explicá-la. Ao mesmo tempo, não há algo que o impeça de considerá-la verdadeira. É assim também com a idéia de Deus. Eis

o impasse. Para desfazer a dúvida, Descartes afirma, através de seus estudos, que a existência não pode ser separada da essência, principalmente no caso de Deus, nem no caso do triângulo, nem no caso de uma montanha. Não seria possível conceber um Deus, soberanamente perfeito, ao qual lhe falte a existência. Embora a essência não implique a existência, como já foi falado acima, no caso de Deus, sua própria idéia contém atributos tais que implicam sua existência. Inclusive, nos atributos da existência, é notório a sua essência. Se as verdades matemáticas e geométricas são imutáveis e são eternas, são claras e são distintas, essas, verdades só são demonstradas, e, ou, só se tornam conhecidas, devido antes se ter conhecimento de Deus. “Deus é o fundamento de todas as verdades, e sem ele nunca estaríamos certos de nada...” (DESCARTES, 2005, p.107). Estão assim consolidadas tanto as verdades matemáticas quanto a prova da existência de Deus. A vitória sobre a dúvida metafísica torna possível uma ciência perfeita.

MEDITAÇÃO VI – MENTE E CORPO

Vamos para a meditação (investigação) seguinte, no caso, a sexta. Responder-se-á a questão: Como assegurar-se da existência das coisas materiais? De início, será investigado qual o papel da imaginação e qual o grau de veracidade das coisas vindas por ela. Para demonstrar a existências dos corpos, ou, das coisas materiais, como se apresenta a chamada do tema, se faz necessário uma investigação bem apurada onde se possa conseguir algo de firme para os argumentos afirmativos ou, negativos que serão expostos como resultados obtidos diante de investigação feita sobre o assunto. Descartes, vê com certa relevância, a necessidade de se fazer bem, a distinção real entre o corpo e a mente, já que, mesmo estando juntos, em um mesmo indivíduo, o corpo e a mente são propriedades distintas nesse mesmo indivíduo, cabendo tanto ao corpo quanto a mente atributos e atividades também distintas.

Existem dois modos, estabelecidos, de formas de ser e de existir: 1) a forma de existência *a priori*, aquela cuja existência é simbolizada pela essência, ou seja, a existência partindo da causa, como no caso de Deus, onde sua existência implica sua essência. 2) a forma de existência *a posteriori*, aquela cuja existência é simbolizada pelos efeitos, ou seja, a existência partindo dos efeitos, como no caso de Deus, a idéia de Deus, a existência do eu pensante. De posse desses modelos estabelecidos, Descartes traça as coordenadas, e dá início a mais uma tarefa meditativa, pois é preciso encontrar resposta(s) para a questão lançada, e, demonstrar que não só os corpos ou as coisas materiais, são possivelmente existentes, como provar que há distinção entre o corpo e a mente. Ao dizer que as coisas materiais são possivelmente existentes, significa dizer que é das verdades matemáticas que se pode ter essa conclusão. Porquanto se considera os objetos das demonstrações geométricas, com muita clareza e distinção. Está aqui, a evidência de que mais uma vez o filósofo está se firmando nas verdades matemáticas.

Mas, o que é a imaginação? O que ela tem a ver com o assunto conhecimento? Qual o seu papel nesse contexto? Segundo Descartes, a imaginação “é uma faculdade que me pertence não qual substância mental pura, mas somente na medida em que sou uma criatura investida de um corpo – um SER HUMANO (Cottingham, 1995, p. 82). Segundo Schopenhauer, no caso do gênio, “a imaginação é um elemento indispensável ao gênio. Sendo a arte conhecimento intuitivo das idéias, visão do geral no particular, a

função da imaginação nesse processo é permitir que o gênio não permaneça restrito à idéia dos objetos... permite que o gênio alargue o raio de sua visão; ela é uma potência de horizonte” (MACHADO, 1942, p. 178).

A imaginação não tem função cognitiva, mas está presente, no ser, apenas como representante do pensamento, ou seja, é uma faculdade criativa do pensamento, e que, muitas vezes a sua atuação não corresponde a objetos reais, a objetos da experiência. A imaginação não tem por si só, a capacidade para descobrir ou discernir as propriedades reais ou confusas de um corpo. Descartes faz a seguinte afirmação se referindo a imaginação: “Por exemplo, quando imagino um triângulo, não o concebo somente como uma figura composta e compreendida por três linhas, mas, além disso, considero essas três linhas como presentes pela força e pela aplicação interior do meu espírito; e é a isso propriamente que chamo imaginar” (DESCARTES, 2005, p.110). Pode-se dizer que essa é uma imaginação criadora, aquela que produz imagens daquilo que jamais percebemos e que Descartes denomina “esforço peculiar da mente”, necessário à imaginação. Ainda, para a faculdade de imaginar, o autor assinala que nela há a capacidade de persuadir, quer dizer, o individuo pode ser lavado a crer que o que está imaginando pode ser verdade ou, pode ser verdadeiro. Daí, necessário fazer um estudo e deixar claro a diferença que existe entre a ação da imaginação e a ação da pura intelecção ou concepção ou entendimento. O fato é que, para o filósofo, a faculdade da imaginação, como a sensação, por envolverem operações corporais, além das mentais, devem ser consideradas como uma fonte de conhecimento em certo sentido contaminada, principalmente no que diz respeito às investigações metafísicas, cujo objetivo é afastar a mente dos sentidos.

E, o que é intelecção? Quanto á pura intelecção ou entendimento, essa, é uma faculdade do intelecto, puramente cognitiva. É uma operação desembaraçada do puro intelecto, que vão permitir chegar às verdades obscurecidas pelos produtos confusos dos sentidos. O entendimento é uma faculdade, repito, que independe da imaginação, que pode funcionar na ausência de qualquer substrato físico, é um processo “puramente mental”, que não encontra limites fisiológicos, o qual vai facilitar para que haja um entendimento perfeito. Conceber algo, digo, uma figura geométrica, significa que há uma compreensão dessa figura, que tanto pode ser uma compreensão intelectual quanto racional. Como diz o filósofo, “quando concebo algo não preciso conter o espírito” (DESCARTES, 2005, p.111).

Você como leitor, pode estar se perguntando o que interessa saber sobre imaginação e intelecção? Para você, leitor, provavelmente não interessa se visto por uma leitura superficial, mas, se observado pelo olhar do filósofo, todo esforço e objetivo são empregados para encontrar a verdade (do conhecimento). Portanto, tudo vale e deve ser investigado. Do que foi explicado no parágrafo acima, obtém-se uma afirmação e uma reafirmação de que a imaginação é diferente do conceber, ou, da concepção. Mas, se para conceber não é preciso imaginar, então, por que existe a imaginação? Descartes afirma: "...essa virtude de imaginar que existe em mim, na medida em que difere da potência de conceber, não é de modo algum necessária à minha essência, ou seja, a essência de meu espírito..." (DESCARTES, 2005, p.111). Para que se tenha um entendimento mais claro, o que está sendo mostrado é que, a imaginação é uma faculdade que tem a tarefa de formar imagem, e, portanto, está vinculada a idéia de corpo. Pois, o espírito não depende da faculdade de formar imagem. Qualquer coisa que é concebida pelo espírito é clara e distinta, porém, qualquer coisa formada pela imaginação é confusa e não apresenta nenhuma relevância para um verdadeiro conhecimento.

Concluído esse primeiro momento, em que foi abordada a diferença entre imaginação e concepção, fica em aberto, para alguns argumentos pendentes a oportunidade de serem revistos. Descartes se vê impelido a continuar as investigações sobre a existência dos corpos, ou, das coisas materiais, e retoma alguns argumentos de meditações anteriores (que já pareciam resolvidos), afim de reanalizá-los. Afinal, o próprio tema impõe tal exigência. Recapitulando: Descartes esclarece, mais precisamente, na primeira meditação, que é do campo das sensações que adquirimos as idéias das coisas materiais, é nesse campo ainda, pode-se dizer, que se enraíza a crença nas coisas materiais. Por isso, com propriedade, o campo das sensações, segundo ele, deve ser reexaminado. Na primeira meditação, foi feita uma afirmação de que todo aprendizado que vem pelos sentidos não é confiável, certo? Também foi feita uma ressalva de que, a dúvida, mesmo sendo dúvida no sentido literal, não deve ser negada. Como justificção para essas afirmativas, na época, o filósofo lança mão do argumento, de que os conhecimentos obtidos desses ensinamentos não conterem considerações pensadas, daí, terem sido desvencilhados. Pois bem, o reexame agora vai consolidar, ou não, a ressalva feita. Porém, ergue-se aqui um problema: Porque será que Descartes resolve retomar assuntos que já haviam sido aparentemente resolvidos? Parece que não

é tão difícil responder a essa questão, se for levado em conta o objetivo do filósofo, a sua determinação em encontrar a verdade do conhecimento, ou, o conhecimento verdadeiro. Daí é aconselhável seguir o esforço por ele desprendido para as explicações necessariamente cobradas para o contexto.

Quando da decisão de retomar esses argumentos, Descartes leva em consideração dois momentos: primeiro, as dúvidas lançadas na primeira meditação, eram oportunas naquele momento. Segundo, aparece um novo momento, devido já se ter um percurso realizado: o cogito, a veracidade divina, o estudo das causas do erro. Observando os dois momentos, em um, é evidente a escassez de conhecimentos para as investigações necessárias ao assunto, já no outro, a conversa é diferente, devido já se ter um percurso realizado, com algumas veracidades já comprovadas, como as acima citadas. É oportuno lembrar que, foi sob o olhar da dúvida que surgiram à oportunidade de comprovar essas veracidades, e que, agora, essas veracidades criavam e abriam também, oportunidades, para uma revisão sob o que diz respeito à dúvida dos sentidos. Para argumentar a dúvida dos sentidos, carece começar examinando a faculdade das sensações, aquela pela qual adquire-se a idéia das coisas materiais. Ao mesmo tempo deve ser examinado o que é sentir, e, só assim, poderá ser tirada alguma prova certa das coisas materiais. Por exemplo, existem coisas que não são tão distintas, mas que, são melhor percebidas pelos sentidos. E esses são ensinamentos vindos da natureza, como as cores, os sons, os sabores. Pode-se observar um certo receio por parte de Descartes, quando ele admite que existem coisas vindas pelos sentidos que lhe são melhor percebidas, do que os fundamentos que o apoiavam.

Em seus estudos sobre o corpo, explica: nesse, se divisa bem o que é do corpo propriamente dito como, membros, cabeça, e que se pode ter como parte do corpo físico. O corpo físico, porém não está sozinho no que se refere a situação. Ao contrário, haviam outros corpos ao seu redor, dos quais, são deles que o corpo físico recebe todos os tipos de sensações, já citadas acima (cores, sons, dores), das quais, umas são comodidades e outras incomodidades. Com isso, Descartes consegue também divisar que há outros corpos. Através desta dedução torna-se possível afirmar que, as sensações sentidas não são coisas do espírito, elas não podem ser consideradas como propriedade do eu pensante. Apenas as sensações pertencem a uma faculdade ativa, fora do espírito, de onde procede o seu comando. Enquanto isso, a faculdade de sentir é uma faculdade passiva, e sendo passiva, é inadmissível que venha a produzir ações por si mesmo. Sua

tarefa apenas, é receber as sensações, sentimentos, inclinações, que muito bem se apresentam ao pensamento, como vindas de outros corpos. E elas ocorrem independente da vontade do eu pensante. As sensações não se instalam no indivíduo pelo consentimento do intelecto. Considerando assim, as idéias de todas as qualidades de sensações que se instalam no pensamento sem que antes seja requerido algum consentimento do eu pensante é que com razão pode ser afirmado que as coisas materiais existem. As idéias sensíveis são muito vivas e expressas. Elas caem no espírito sem que haja nele poder algum para não as sentir. Fica esclarecido que: sentir é uma faculdade passiva do espírito, enquanto as sensações pertencem a uma faculdade ativa, fora do espírito, em alguma substância diferente, porém, unida, contida. A faculdade ativa não pressupõe nenhuma intelecção.

O que pode ser aqui deduzido, seguramente, é que, diante de todas as coisas investigadas, através de análise, não há ainda como ser feita alguma declaração de marca afirmativa de veracidade. Fica evidente que não é fácil se desvencilhar das dificuldades existentes para vencer completamente a dúvida natural. Primeiramente, não há como saber, ao certo, se os ensinamentos da natureza são verdadeiros ou falsos. Essa impossibilidade se dá devido o homem não possuir capacidade de conhecer todas as coisas inteira e universalmente. Sendo ele como é, possuidor de natureza finita, tem o seu conhecimento de perfeição, também, limitado. Descartes mostra certa reserva ao se referir às verdades ou às falsidades da natureza, como também, ao alcance dos ensinamentos naturais. No homem, ainda existe um descompasso entre a representação do mundo sensível e o que corresponde à realidade desse mundo. Isso impossibilita a afirmação de verdades ou não nos ensinamentos naturais. Porém pelos ensinamentos adquiridos da ou pela natureza, mesmo não sendo critérios de veracidade, existem neles a esperança de servirem de caminho para que se alcance a verdade. Essa esperança se apresenta quando é mostrado que se através desses ensinamentos da natureza foi possível conhecer as coisas extensas, então existe a possibilidade de que a física seja uma ciência certa, uma ciência verdadeira. Enfim, a dúvida persiste.

Outro tema que retorna na análise: a causa do erro. Assunto que volta à pauta depois de ter sido investigado os erros relacionados ao conhecimento intelectual, que, por envolverem o homem, põe em questão a participação de Deus na causa do erro. Ali, foi falado sobre a distinção entre o corpo e a alma. Desta vez, o erro será questionado e reanalisado, mas, com relação ao conhecimento sensível, que envolve a natureza.

Conseqüentemente, ele também, envolverá a Deus? Levantada a polêmica: há erros na natureza? Para esclarecer esta questão, o estudo estará voltado não mais para o corpo e a alma, mas, para mostrar a grande diferença entre as duas substâncias que compostas, formam o homem. Não esquecendo que, por ser o homem de natureza finita e, não sendo portador de um conhecimento universal sobre tudo, torna-se privado de alguns conhecimentos que por extensão se referem ao composto. Diante dessa privação, o homem, por direito “natural”, concedido por Deus, faz juízo precipitado de certas qualidades dos objetos. Observa-se que, mais uma vez, como foi mostrado na quarta meditação, aqui também, o erro é devido o “mal uso” das propensões humanas, que lhes são naturais, e, repito, concedidas por Deus.

Os sentidos servem perfeitamente à vida. O real propósito das percepções sensoriais é informar a mente (o cérebro) daquilo que é benéfico ou prejudicial ao complexo, que é o ser humano. Melhor explicando, o espírito não recebe impressão direta dos sentidos, das diversas partes do corpo. O espírito recebe a informação do cérebro, mais precisamente da glândula pineal, que exerce uma “função” de sede da alma, no corpo, lugar pela qual ela é informada de todas as modificações corporais. Segundo Descartes, os sentidos só são fonte de erros por dois motivos: primeiro, se, acidentalmente o corpo humano não estiver em plena saúde, que é o caso do hidrópico que não deve tomar água, mas, sente sede. Segundo, os sentidos são fonte de erros se se considerar o que ele apresenta como base de construção para o entendimento científico da estrutura do mundo físico. A observação conclusiva do filósofo, depois do estudo feito é que: os sentidos têm uma perfeição e basta conhecê-la bem para que o erro seja evitado. Para isto, devendo ser aceitos apenas pelo que eles são: mecanismos de sobrevivência cuja finalidade básica é sinalizar os eventos externos, levando a auto proteção e à saúde do corpo. Descartes reconhece que em todas as considerações aqui manifestas, há muita serventia, como: reconhecer que a natureza está sujeita a erros, como evitá-los ou corrigi-los. É essas, entre outras mais, que depois de examinadas pelo entendimento e pela memória, não há mais motivos para duvidar da verdade dessas coisas, por nenhuma das razões precedentes, da maneira como se fazia antes. Pelo menos, essas considerações ocuparão um lugar significativo quando da construção da base do conhecimento.

Finalmente, vale à pena dizer que, depois de todos os estudos feitos, todas as investigações executadas, todos os resultados obtidos, pelo empenho e esforço

intelectual do filósofo, resta apenas dizer: a dúvida pode ser integralmente vencida. Essa afirmação é o resultado das tarefas trabalhadas durante todo o percurso do seu trabalho, as meditações, em que manteve-se fiel ao seu objetivo em fundar uma ciência primeira, com verdades indubitáveis. Isto significava, que os verdadeiros princípios da ciência devam ser a tal ponto claros e certos que não precisem de provas. Todas as declarações, argumentos, explicações, aqui divulgadas foram experimentadas no homem, explorando o seu potencial e respeitando os seus limites. Repetindo: a dúvida pode ser integralmente vencida pela comprovação da veracidade divina, pela certeza que Deus não é enganador e pelo reconhecimento da debilidade e fraqueza da natureza humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho, que tem como tema o *conhecimento*, tomou como fonte de pesquisa as *Meditações Metafísicas* as quais propõem desmistificar um conhecimento dúbio, como também, fazer um alerta para a importância do uso da *razão* ao levantar a defesa aos poderes inatos do raciocínio. Tornou-se evidente neste viés tanto o objetivo a ser alcançado quanto o desenvolvimento a ser trabalhado. Os esforços não foram economizados. Em cada uma das *Meditações* foram levantadas situações que mesmo sendo atreladas ao ser humano, até então eram por ele próprio desconhecidas, portanto, dignas de serem investigadas.

No primeiro momento das *Meditações*, o filósofo chamou nossa atenção para o processo da dúvida. Descartes mostra que duvidar é um exercício racional, ou seja, toda dúvida carece ou exige uma resposta, um resultado. Duvidar dos próprios sentidos é desafiar-se a si mesmo. Duvidar dos sentidos, apresentar o argumento dos sonhos e a hipótese do gênio maligno ou do Deus enganador foram algumas formas, de início, utilizadas pelo filósofo que via nelas a possibilidade de atingir uma certeza maior do que aquelas certezas que já existiam da vida cotidiana. Com a afirmação do *cogito ergo sum* instalou-se a primeira certeza. De posse dessa certeza, (do *cogito*) Descartes deu prosseguimento as suas investigações, a sua busca. O objetivo então foi pautado na aquisição de um entendimento sobre as coisas que pertencem ao corpo e as coisas que pertencem a alma, e daí, concluir o que há de verdadeiro e o que realmente pode ser tido como verdadeiro ou como verdade. Portanto, todo empenho da *segunda Meditação* esteve voltado à natureza do corpo e à natureza do espírito. Foram apontados aí todos os motivos pelos quais ficou demonstrado que a natureza do corpo é diferente da natureza da alma.

Na *terceira Meditação* o autor passou a investigar a si mesmo. Voltou-se para si próprio, buscando através da dúvida, esquadrinhando o pensamento e as idéias no intuito de trabalhar a dúvida que ainda pairava sobre o Deus enganador. Foi assim necessário provar primeiramente a existência de Deus que com certeza seria um desafio às verdades matemáticas, na época, únicas tidas como verdadeiras. E, depois, que ele (Deus) não seria enganador. Vale notar que o filósofo tanto ressalta quanto descarta através de seus argumentos as possíveis influências da flexibilidade dos sentidos, que

poderiam de alguma forma interferir na prova da existência de Deus. Descartes foi consciente da idéia que todo efeito vem de uma causa; mas também apercebeu-se que seria conveniente que houvesse uma explicação sobre o conteúdo de seu pensamento pois existiriam nele alguns efeitos que seriam inadmissíveis terem ou virem dele mesmo a causa. Dada tal explicação surge então a prova da existência de Deus, que deixa resolvido e estabelecido duas questões: tanto a validade da verdade como também a suspensão da idéia do Deus enganador. Em sequência, e muito bem colocado, o filósofo investigou a causa do erro que simultaneamente implica no verdadeiro e no falso. Após a demonstração dos atributos tão positivos de Deus, então, perguntou o que levaria o homem ao erro sendo esse homem ter sido criado por um Deus soberanamente perfeito? Eis todo estudo reflexivo executado e divulgado na *quarta Meditação*. Estudamos assim, o erro que se refere ao discernimento, ao julgamento de certas decisões que o homem é levado a fazer ou escolher em certas ocasiões da vida e que, na maioria das vezes, o faz de forma errada. O verdadeiro e o falso em questão dizem respeito àqueles que aparecem nas verdades especulativas e não àquelas que se referem ao bem e o mal, ligados a fé, ao pecado. Todo o desenrolar do estudo reflexivo que diz respeito ao assunto do erro deixou claro que Deus não é responsável pelo erro.

Na *quinta Meditação* Descartes expôs uma explicação sobre a essência das coisas racionais. Investigou-se pois a essência das idéias. Pudemos observar a prudência do filósofo referente a investigação requisitada. Cuidadosamente ele começou a sondar, com o objetivo de alcançar um discernimento preciso das idéias que se entende com clareza, com distinção daquelas que se entende com confusão, com dúvida. Esse trabalho foi trilhado pelo autor começando com um material que já existe em suas idéias a respeito das coisas materiais. É justamente essas coisas que estão na idéia que, segundo Descartes, deverão ser investigadas. Só assim poder-se-á se fazer exames das coisas externas. Mais uma vez foi provada a existência de Deus, pois essa idéia contém os atributos da existência e da essência. Ficou ainda declarada a vitória sobre a dúvida metafísica. Por fim foi mostrado e explicado que existe distinção entre a ação do pensamento (idéia) e da imaginação, entre a alma e o corpo. Mesmo sendo estes unidos e conjuntos, eles são distintos. Foi recapitulado o assunto das dúvidas dos sentidos como também foi feita a abordagem de todas as razões pelas quais se pode concluir a existência das coisas materiais.

REFERÊNCIAS

COTTINGHAM, J. **Dicionário Descartes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

DESCARTES, R. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª Ed. 2005.

MACHADO, R. **O nascimento do trágico de Schiller Nietzsche**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

MAGEE, Bryan. **História da Filosofia**. São Paulo, Edições Loyola, 1999.

JAPIASSÚ, H & MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 4ª Ed. 2006.

SCRIBANO, E. **Guia para leitura das meditações metafísicas de Descartes**. São Paulo: Loyola, 2007.

